

PARECER JURÍDICO

Processo Sei nº 9990000001.015072/2024-13

PARECER n.º 009/2025.

Exma. Sra. Defensora Pública-Geral
Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias

EMENTA: Pregão para Registro de Preços – Planejamento 027/2025 – Aquisição de televisores – Aprovado.

I – RELATÓRIO

1.1 Trata-se de processo administrativo destinado à realização de pregão eletrônico para registro de preços referente ao Planejamento nº 027/2025, visando a aquisição de televisores, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda elaborado da Diretoria de Patrimonial e Almoxarifado (0423263) e Termo de Referência (0457718).

1.2. O processo em análise está relacionado ao Processo de Planejamento de Contratação nº 9990000001.013624/2024-59 onde se verifica a seguinte documentação:

Nº SEI	Documento	Data	Unidade
0387980	Memorando 434	04/11/2024	SRLI/DPA
0387985	Estudo Técnico Preliminar - ETP	04/11/2024	SRLI/DPA
0416037	Anexo MAPA DETALHADO DE PREÇO_481	03/12/2024	SRLI/DPA
0416039	Anexo PREÇOS COLETADOS DO BANCO DE PREÇOS TCE	03/12/2024	SRLI/DPA
0416040	Anexo PREÇOS COLETADOS DO PNCP	03/12/2024	SRLI/DPA
0416042	Memorando 462	03/12/2024	SRLI/DPA
0422935	Despacho	09/12/2024	SRLI
0424497	Memorando 263	10/12/2024	SRLI/DCC
0424514	Estudo Técnico Preliminar - ETP	10/12/2024	SRLI/DPA
0424517	Memorando 473	10/12/2024	SRLI/DPA
0434155	Memorando 276	23/12/2024	SRLI/DCC
0434248	Manifestação	23/12/2024	ASSJUR
0434827	Decisão	26/12/2024	SRLI

1.3. Instruem os autos do procedimento em análise os seguintes documentos constantes no SEI:

Nº SEI	Documento	Data	Unidade
0423263	Documento de Formalização da Demanda DFD (SRLI)	10/12/2024	SRLI/DPA

0423271	Termo de Referência-Pregão-Registro de Preços-Bens	10/12/2024	SRLI/DPA
0424964	Relatório de Item de Material/Serviço LOTE 01	11/12/2024	SRLI/DPA
0424965	Relatório de Item de Material/Serviço LOTE 02	11/12/2024	SRLI/DPA
0424966	Relatório de Notificação de Fornecedores Coleta_233	11/12/2024	SRLI/DPA
0424967	Anexo RESULTADO DA COLETA_233	11/12/2024	SRLI/DPA
0424969	Mapa Detalhado de Preço_481	11/12/2024	SRLI/DPA
0424975	Relatório de Pesquisa de Preços Complementar	11/12/2024	SRLI/DPA
0424977	Relatório de Pesquisa de Preço	11/12/2024	SRLI/DPA
0448393	Memorando 22	14/01/2025	SRLI/DPA
0448867	Despacho	14/01/2025	SRLI
0454368	Memorando 9	22/01/2025	SRLI/DCC
0456769	Memorando 38	24/01/2025	SRLI/DCC/SC
0457718	Termo de Referência-Pregão-Registro de Preços-Bens	27/01/2025	SRLI/DPA
0457765	Memorando 36	27/01/2025	SRLI/DPA
0461275	Memorando 51	30/01/2025	SRLI/DCC/SC
0461412	Resolução Agentes de Contratação	30/01/2025	SRLI/DCC/SC
0461413	Minuta do Edital de Licitação RP - Televisores	30/01/2025	SRLI/DCC/SC
0461416	Memorando 52	30/01/2025	SRLI/DCC/SC
0462726	Memorando 14	31/01/2025	PPDP-LGPD
0465206	Memorando 18	04/02/2025	ASSJUR
0466588	Minuta Ajustada do Edital	04/02/2025	SRLI/DCC/SC
0466592	Memorando 62	04/02/2025	SRLI/DCC/SC
0466966	Memorando 23	04/02/2025	SRLI/DCC

1.4. Nesses termos, o procedimento foi encaminhado para esta Assessoria Jurídica para análise de sua regularidade jurídica, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. É o relatório. Passa-se à análise.

II - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

2.1. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

2.2. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

2.3. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

2.4. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos

administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

2.5. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração

III – FUNDAMENTAÇÃO

3.1. A contratação pretendida, fornecimento de equipamentos de informática, será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, previsto nos arts. 82 a 86 da Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº. 14.133/2021, e regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº Decreto nº 48.779, de 23/02/2024

3.2. Conforme art. 10 do Decreto Regulamentar, tal contratação deverá ser realizada por meio de concorrência ou pregão eletrônico. In casu, verifica-se no termo de referência, item 1.2 (Caracterização do Objeto), declaração de que se trata de bens comuns, por isto, em face da referida manifestação, passível de ser licitado por meio da modalidade licitatória pregão eletrônico, critério menor preço.

3.3. No âmbito do Estado de Minas Gerais, a contratação na forma pretendida está regulamentada pelo Decreto n.º 48.723, de 24 de novembro de 2023, que trata da licitação pelos critérios de julgamento de menor preço e maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras.

3.4. Saliente-se que por força da autonomia da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais a mesma não está subordinada as normas aplicáveis ao Poder Executivo. No entanto, em razão da Instituição utilizar o Portal de Compras do Estado que, de toda sorte, segue os normativos do Poder Executivo, os atos normativos serão aplicados aos procedimentos licitatórios, no que couber conforme disposto no art. 20 da Resolução DPMG nº 2343/2024.

3.5. Analisando a instrução do procedimento, verifica-se que a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, estabeleceu que fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como, abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

3.5.1. Conforme determina o art. 18 da Lei 14.133/2021, a fase preparatória do processo licitatório deve observar diversas exigências:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de

- referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garanti-as exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

3.5.2. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

3.5.3. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

3.5.4. No procedimento relacionado ao presente o processo (nº 9990000001.013624/2024-59) foi apresentado pelo Demandante o Estudo Técnico Preliminar (0424514) em conformidade com o disposto no art. 12 da Resolução DPMG 2443/2024, tendo esta Assessoria se manifestado por meio do documento de I.D. 0434248, sendo o estudo aprovado pela autoridade competente nos termos do art. 11 da Resolução DPMG 2343/2024 (0434827):

Verifica-se que o Estudo Técnico Preliminar - ETP, autuado neste processo, possui os requisitos legais exigidos, estando em conformidade com art. 18, § 1º, da Lei 14.133/2021.

Considerando o que consta nos arts. 11 e 12 da Resolução DPG n.

2343/2024, a manifestação jurídica ID 0434248 e, nos termos do parágrafo único do art. 11 da referida Resolução, APROVO o Estudo Técnico Preliminar ID 0424514.

Prossiga-se o procedimento pela área demandante, com vistas à elaboração de termo de referência e demais documentos necessários, inclusive com o cumprimento do disposto no art. 53 da Lei 14.133/2021.

3.6. Dando seguimento à análise do processo de contratação, consta nos autos no Documento de Formulação de Demanda (0423263), em que a Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais justificou a aquisição nos seguintes termos:

2.2.1 A Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais – DPMG, com a missão de acolhimento das pessoas em situação de vulnerabilidade, comprometida com a transformação social e a promoção da cidadania e da dignidade humana. Com a visão de ser essencial no exercício da cidadania e dos direitos fundamentais, proporcionando valores que determinam os princípios que norteiam a sua Administração.

(...)

2.2.2.1. Expansão das unidades e demanda por comunicação visual eficiente - Com o crescimento do número de unidades da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em todo o estado, é essencial implementar sistemas de comunicação que facilitem o fluxo de informações e a organização do atendimento ao público. A instalação de televisores como painéis em cada unidade possibilita que as informações e as atualizações sejam exibidas de forma mais clara e acessível, melhorando a comunicação com o público e agilizando os atendimentos. Além disso, a exibição das senhas e orientações exibidas em telas ajuda a reduzir o tempo de espera e facilita o entendimento dos processos, promovendo um ambiente mais acolhedor e acessível às assistidas e aos assistidos;

2.2.2.2. Apoio às novas equipes e atividades funcionais - Após os recentes concursos públicos, houve aumento do número de defensoras, defensores, servidoras e servidores, muitos dos quais agora estão distribuídos em diversas unidades. Itens como televisores são fundamentais para aprimorar o desempenho de atividades funcionais, como apresentações e treinamentos internos, além de auxiliar em operações de suporte em tempo real, especialmente nos serviços de tecnologia da informação, onde monitorar o status de sistemas e indicadores de desempenho se torna uma necessidade crescente para a DPMG;

2.2.3. Nesse contexto, constata-se que a falta de provisionamento de televisores, representa um entrave na busca em propiciar a todas e todos o acesso a materiais de qualidade, que lhes assegurem bem-estar durante seus atendimentos e atividades diárias. A aquisição destes itens tem sido a solução padrão adotada pela DPMG na busca em solucionar os problemas desta natureza, conforme apontamento realizado acima, vide aquisições anteriores conforme se observa no processo SEI N° 9990000001.006790/2023-18 em que foram adquiridos televisores tipo Smart, conforme contrato N° 9400382/2023, com a empresa 3D PROJETOS E ASSESSORIA EM INFORMÁTICA - documento SEI nº 0175381. Ao todo foram fornecidos 50 (cinquenta) televisores, sendo 30 (trinta) mediante Autorização de

Fornecimento N° 191 (SEI_0180026), 19 (dezenove) mediante Autorização de Fornecimento N° 117 (SEI_0317771) e 01 (um) mediante Autorização de Fornecimento N°163 (SEI_0435248).

3.7. A Intenção de Registro de Preços foi dispensada na forma do §3º do artigo 8º do Decreto nº 48.779/2024 por ser a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais a única contratante, conforme indicado no Termo de Referência (0457718):

1.4.5. Será dispensado o procedimento público de intenção de registro de preços, tendo em vista que a Defensoria Pública/MG será o único contratante, por não ter estrutura bastante para gerenciar um volume alto de contratações provenientes de eventuais participantes, nos termos do art. 86, §1º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 8º, §3º, do Decreto 48.779/2024.

1.4.6. Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preço decorrente desta contratação por órgão não participante, tendo em vista que a Defensoria Pública/MG será a única contratante.

3.8. Em cumprimento ao disposto nos artigos 6º XXIII e 40, §1º e 47 da Lei 14.133/2021, percebe-se que o Termo de Referência (0457718) formalizado pela Diretoria de Patrimônio e Almoxarifado definiu clareamento o objeto e as condições, a caracterização do objeto, a existência ou não de lote exclusivo para microempresa e empresa de pequeno porte, as regras para o registro de preços (ressaltando a impossibilidade de adesão à Ata), as condições da contratação, a descrição da solução como um todo, o fundamento da contratação, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, os critérios de medição e pagamento, os procedimentos de transição e finalização do contrato, o modelo de gestão da contratação, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as exigências para habilitação do licitante, as obrigações específicas das partes, as infrações e sanções, a estimativa do valor e a adequação orçamentária

3.9. Por força do art. 15 do Decreto Estadual nº 48.779/2024, desnecessária a previsão orçamentária para a contratação, pois o sistema de registro de preços não gera compromisso de contratação, somente sendo exigida a indicação dessa para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3.10. O Demandante apresentou o Relatório de Pesquisa de Preço 0424977 com as informações inerentes à realização do levantamento de mercado e as justificativas para as formas não utilizadas na pesquisa.

3.10.1. Complementando o Relatório de Pesquisa de Preços foram anexados os documentos: Relatório de Notificação de Fornecedores Coleta_233 (0424966), Anexo RESULTADO DA COLETA_233 (0424967) e Relatório de Pesquisa de Preços Complementar (0424975).

3.11. Com base na pesquisa realizada, foi gerado o Mapa Comparativo de Preços Detalhado - SIAD (0424969).

3.12. Passa-se a seguir a analisar a regularidade jurídica da minuta de edital apresentada (0466588), para verificar sua consonância com o art. 25 c.c. 82 da Lei 14.133/2021, bem como art. 11 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

3.12.1. Importante ressaltar que a análise que ora se procede da referida minuta de edital é puramente jurídica, perpassa pela análise da conformidade do texto com o ordenamento

jurídico, em especial com os requisitos da Lei nº 14.133/2021, porquanto esta Unidade Consultiva não possui a capacidade técnica necessária para avaliar aspectos operacionais e procedimentais do ajuste.

3.12.2. Observa-se que o edital contém em sua página inicial quadro/resumo indicando o número de ordem em série anual, o número do Planejamento/SIRP, o nome da [órgão/instituição gerenciadora, o objeto, o valor estimado, o critério de julgamento, o modo de disputa, a existência ou não de lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, o local, data e horário da sessão.

3.12.3. No preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da Instituição interessada, a modalidade, o tipo da licitação e a menção da legislação que rege a licitação.

3.12.4. Constam ainda do edital, cumprindo o que determina a legislação pertinente: a) o objeto da licitação; b) as regras do registro de preços, c) a forma de pedido de esclarecimentos e impugnação do ato convocatório, d) as condições de participação, e) a forma de apresentação da proposta, f) a abertura da sessão e as etapas de lances, g) o julgamento da proposta, h) os critérios de habilitação, i) a forma e regras para interposição de recursos, j) as hipóteses de revogação e anulação do certame, k) a reabertura da sessão pública, l) a adjudicação e a homologação, m) da ata de registro de preços, n) da formação do cadastro de reserva, o) da vigência e das alterações da ata e do cancelamento do registro do fornecedor, p) a contratação, p) a subcontratação, q) a garantia financeira da execução, r) do pagamento, s) as sanções administrativas e t) as disposições gerais .

3.12.5. O termo de Referência consta como anexo I, o Modelo de Proposta Comercial como anexo II, a Minuta de Ata de Registro de Preços como anexo III e o contrato como anexo IV.

3.12.6. A Ata de Registro de Preços (anexo III) apresenta as informações necessárias conforme disposto no art. 16 do Decreto nº 48.779, de 23/02/2024.

3.13. Quanto à regularidade jurídica da minuta contratual, previstas no Anexo IV do edital, verifica-se que, em linhas gerais, as cláusulas cumprem as exigências previstas nos artigos 89 e 92, da Lei n.º 14133/2021.

3.13.1. No preâmbulo está estabelecida a identificação dos contratantes, havendo, ainda, menção expressa à legislação aplicável à execução do contrato e ao Pregão Eletrônico ao qual está vinculado.

3.13.2. A **cláusula primeira** descreve o objeto, seu detalhamento e a vinculação da contratação ao termo de referência, aviso de licitação, edital de licitação, a ata de registro de preços e as informações inseridas no Portal de Compras do Estado de Minas Gerais, a proposta comercial do contratado e eventuais anexos aos documentos citados. Já as **cláusulas segunda, terceira, quarta e quinta** estabelecem, os modelos de execução e gestão contratual, a vigência do contrato, o preço e a dotação orçamentária pela qual correm as despesas da contratação.

3.13.3. As **cláusulas sexta, sétima, oitava e nona** tratam da forma de pagamento, da alteração de preços, das obrigações da contratante e contratada e da garantia da execução.

3.13.4. Por sua vez, as **cláusulas décima, décima primeira e décima segunda** definem as sanções administrativas, os casos de extinção do processo e a Proteção e Informação de Dados – LGPD, ressaltamos que a optou-se por utilizar a redação elaborada pela Encarregada

de Dados da DPMG, não competindo a esta Assessoria avaliar este ponto.

3.13.5. Por fim, as **cláusulas terceira, décima quarta, décima quinta e décima sexta** foram apresentadas as hipóteses de alteração do contrato, como será realizada a solução dos casos omissos, a forma de publicação (estabelecendo o dever de publicação no Portal nacional de Compras Públicas – PNCP e também no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais) e o foro.

3.14. Além disto, cumpre salientar que se exige, das autoridades administrativas competentes para a realização dos atos relacionados ao procedimento licitatório, a condução de suas atividades em conformidade com os princípios aplicáveis à licitação, bem como os que regem a Administração Pública em geral, previstos constitucionalmente (art. 37), especialmente o da supremacia e indisponibilidade do interesse público, o da impessoalidade, o da moralidade e da probidade administrativa.

3.15. Derradeiramente, impende frisar, conforme mencionado anteriormente, a análise que ora se procede da minuta do edital, termo de referência e contrato é puramente jurídica, perpassa pela análise da conformidade do texto com o ordenamento jurídico, em especial com os requisitos da Lei nº 14.133/2021.

3.16. Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor **do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato** no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial Eletrônico da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, bem como em jornal de grande circulação, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16.1. Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133 de 2021.

IV– CONCLUSÃO

4.1. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, **concluo pela regularidade jurídica do procedimento administrativo em análise**, em especial da realização da licitação na modalidade pregão eletrônico, Planejamento 027/2025 para fins de registro de preços para futura e eventual aquisição de televisores

4.2. Da mesma forma, opino pela regularidade da minuta de edital apresentada.

4.3. Opino, da mesma maneira, pela regularidade da Minuta da Ata de Registro de Preços e do contrato que constam como anexo ao edital

4.4. Conforme disposição contida no art. 16 da Resolução DPMG 2343/2024 c/c art. 8º, §3º do Decreto Estadual nº 48.587/2023, deverá o Diretor de Compras e Contratos designar o agente de contratação (Pregoeiro), a equipe de apoio e os suplentes antes do início da fase externa do procedimento considerando que o Agente nomeado para fase interna atuou na instrução do procedimento.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2025.

Priscila Newley Kopke
Assessora Jurídica – MASP 7.000.477-5



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, Assessora Jurídica, em 05/02/2025, às 10:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0467493** e o código CRC **05E2AAAB**.

9990000001.015072/2024-13

0467493v2